

Público e privado na educação superior: uma análise comparativa por características institucionais

Ana Maria de Albuquerque Moreira

ana_moreira@hotmail.com

Faculdade de Educação

Universidade de Brasília

O cenário das instituições de ensino superior no Brasil vem se definindo, nas últimas décadas, por uma conjugação de fatores que envolvem políticas de ampliação do acesso a formação em nível superior e forças advindas de um lado do mercado e, de outro lado, da regulação e da avaliação pelo Estado. Essas forças – não antagônicas – produzem impactos na organização, no funcionamento e na gestão das instituições de ensino superior (IES). Também podem ser percebidas em características internas das instituições, que compõem dimensões consideradas nos instrumentos de avaliação institucional: qualidade da infraestrutura, biblioteca e titulação docente.

No presente estudo, analisamos diferenças entre IES públicas e privadas que oferecem os cursos de biologia, engenharia civil, história e pedagogia e que participaram do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) em 2008, com relação a características institucionais relevantes neste estudo. Consideramos que análises dessa natureza, que têm por base os resultados das avaliações institucionais, ampliam a compreensão sobre a organização e a estrutura das instituições, campo passível de intervenção das estratégias de gestão.

O modelo de análise utilizado para a caracterização das IES públicas e privadas foi a árvore de classificação do programa estatístico SPSS. Nesse modelo, para cada um dos quatro cursos, o programa gera uma hierarquia de classificação das variáveis explicativas – qualidade das instalações e equipamentos, qualidade da biblioteca, titulação e regime de trabalho do corpo docente – considerando seu poder de predição em relação à variável resposta, que é a categoria administrativa da instituição – pública ou privada.

Os resultados em cada árvore de classificação mostraram que essas são variáveis relevantes para se analisar a configuração de modelos institucionais e de gestão das instituições de ensino superior.

Palavras-chave: características institucionais; avaliação; modelos institucionais.

Encaminhamentos metodológicos

Os cursos analisados são ilustrativos dos quatro campos de conhecimento classificados por Tony Becher (1994; 2001): ciências duras puras (biologia); ciências duras aplicadas (engenharia civil); ciências brandas puras (história), e ciências brandas aplicadas (pedagogia). Nessa seleção, considerou-se que o campo da educação superior não é homogêneo e não segue uma gradação vertical, como ocorre na educação básica. Um dos aspectos que contribuem para a complexidade da educação superior é justamente o fato de ela se estruturar em áreas do conhecimento, com culturas e organização distintas.

Os dados analisados foram retirados dos microdados do Enade 2008 e de variáveis que compõem o Conceito Preliminar de Curso (CPC), também de 2008. Os microdados referem-se à informações sobre as instituições de ensino superior e os cursos, nas respostas apresentadas pelos estudantes no questionário socioeconômico que acompanha a prova do Enade. Como esses dados apresentam algumas limitações para conhecimento sobre o corpo docente, do banco de dados do CPC, por curso e instituição, foram utilizadas variáveis relacionadas à titulação e ao regime de trabalho dos professores.

Entende-se por características institucionais o agrupamento de variáveis em grandes conceitos: qualidade da biblioteca, qualidade das instalações físicas e equipamentos, titulação e regime de trabalho do corpo docente. Para a qualidade da biblioteca foi construído um índice – índice de qualidade da biblioteca (IQB) – somando as variáveis atualização do acervo de livros e periódicos, suficiência de livros em relação ao número de alunos e instalações para leitura e estudo. Essas variáveis foram selecionadas por procedimentos de análise de correlação. O mesmo procedimento foi utilizado para a construção do índice de qualidade das instalações físicas e equipamentos – IQIE – composto pelas variáveis adequação do espaço pedagógico ao número de estudantes nas aulas práticas, material de consumo adequado ao número de estudantes, equipamentos suficientes ao número de estudantes e qualidade dos equipamentos utilizados nos laboratórios.

Embora não diretamente relacionadas às características institucionais, outras variáveis foram consideradas na comparação entre instituições públicas e privadas: a região geoeconômica onde está situada a IES e o tipo de organização acadêmica:

universidade, centro universitário, faculdade, faculdades integradas, escolas ou institutos superiores.

O modelo de análise utilizado com a finalidade de comparar instituições de ensino superior públicas e privadas, por características institucionais, foi a árvore de classificação (*classification tree*) do programa estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*). Nesse modelo, para cada um dos quatro cursos, o programa gera uma hierarquia de classificação das variáveis explicativas, considerando seu poder de predição sobre a variável resposta.

Para cada um dos quatro cursos (ou áreas) da pesquisa – biologia, engenharia civil, história e pedagogia – foi considerada como variável resposta a categoria administrativa das instituições de ensino superior: pública ou privada.

Foram consideradas como variáveis explicativas: tipo de organização acadêmica; índice de qualidade de instalações e equipamentos; índice de qualidade da biblioteca; percentual de professores doutores e percentual de professores em tempo integral e parcial. Além dessas variáveis, foi inserida a região geoeconômica onde se situa a instituição de ensino, por sua importância na compreensão da distribuição de instituições de ensino superior pelo território nacional.

Com o objetivo de gerar os resultados em uma hierarquia de classificação, as variáveis explicativas foram transformadas em *dummies*, assim definidas com base no valor da mediana: qualidade das instalações e equipamentos (maior – menor); qualidade da biblioteca (maior – menor); número de docentes doutores (maior – menor); número de docentes em tempo integral e parcial (maior – menor); tipo de organização acadêmica (universidades – outros tipos IES), e região geoeconômica (sudeste e outras regiões).

Nas seções seguintes são analisadas as árvores de classificação por curso, considerando a grande área de conhecimento.

Características institucionais e diferenças entre público e privado nas ciências duras: biologia e engenharia civil

Nas ciências duras, as árvores de classificação para os cursos de biologia (Diagrama 1) e engenharia civil (Diagrama 2) mostram no nó de origem da árvore – o nó zero –, que, reflexo da forte expansão do setor privado do ensino superior ocorrida nas últimas décadas, as instituições privadas prevalecem.

Para o curso de biologia, as instituições públicas e privadas dividem-se, primeiramente, pela qualidade de instalações e equipamentos, formando os nós 1 e 2 da árvore.

O nó 1 é constituído pelas instituições com menor qualidade de instalações e equipamentos – as instituições públicas são maioria (64,95%). No nó 2 estão as instituições com maior qualidade de instalações e equipamentos; aí a quase totalidade é de instituições privadas, em aproximadamente 90%. Observa-se que, do total de 152 instituições públicas inseridas no modelo, somente 21 apresentam qualidade de instalações e equipamentos mais elevada. O resultado, entre outros fatores, reflete a situação decorrente retração de investimentos sofrida pelas instituições de ensino superior públicas nas reformas implementadas nos anos 1990. Com financiamento tímido, as instituições públicas, em especial as federais, passaram por um processo de sucateamento que ainda marca as condições verificadas nos laboratórios, equipamentos e demais espaços físicos. Vale, ainda observar que as instituições privadas, por serem mais recentes do que as públicas, possuem, de modo geral, instalações mais novas.

No segundo nível da árvore, o grupo das IES com menor qualidade de instalações e equipamentos (nó 1) diferencia-se pela região geoeconômica em que estão localizadas as instituições. De 202 instituições avaliadas com menor qualidade de instalações, 127 estão distribuídas entre outras regiões que não o sudeste (nó 3) e 75 estão concentradas no sudeste (nó 4). Nas outras regiões que não o sudeste (nó 3), prevalecem as instituições públicas (85%) com menor qualidade de instalações e equipamentos em relação às instituições privadas (15%). Já na região sudeste – na qual está concentrado o maior número de instituições – a presença é maior de instituições privadas com menor qualidade de instalações e equipamentos.

Na outra vertente da árvore, no segundo nível hierárquico, os nós 5 e 6 mostram a subdivisão do grupo de instituições com maior qualidade de instalações e equipamentos (nó 2). Para esse grupo, a variável de diferenciação é o número de professores em tempo integral e parcial. Tanto no grupo com maior (nó 6), quanto no grupo com menor quantitativo de professores em tempo integral e tempo parcial (nó 5), as instituições privadas aparecem em percentuais mais elevados. Entretanto, deve-se observar esse dado em relação ao nível anterior. De 181 instituições privadas com maior qualidade de instalações e equipamentos (nó 2), a maior parte (107 instituições) figura com o menor número de docentes em tempo integral e tempo parcial (nó 5).

Entre as públicas, de 21 instituições, 15 registram o maior número de docentes em tempo integral e parcial (nó 5).

Para análise do terceiro e último nível hierárquico da árvore, retoma-se a vertente iniciada no nó 1, pelas instituições de menor qualidade de instalações e equipamentos. Dessas, para as que estão localizadas em outras regiões diferentes do sudeste do país, a organização acadêmica é variável de nova divisão. As universidades (nó 8) são em mais de quatro vezes o total de instituições de outros tipos de organização acadêmica (nó 7). Entre as universidades, as públicas são a expressiva maioria.

Em seguida, as instituições com menor qualidade de instalações e equipamentos situadas na região sudeste dividem-se pela titulação dos professores (nós 9 e 10). No grupo de instituições que possuem o maior número de professores doutores (nó 10), os percentuais de públicas e privadas são semelhantes, ficando na casa dos 50%. Já no grupo das instituições com menor número de professores doutores em seus quadros (nó 9), as privadas constituem a grande maioria. Em outra perspectiva, quando se comparam os totais de instituições públicas e privadas com maior número de docentes doutores em relação aos respectivos totais de instituições situadas na região sudeste, verifica-se que as públicas são as que possuem e, seus quadros docentes o maior número de doutores.

Na vertente da árvore iniciada no nó 2 (instituições com maior qualidade de instalações e equipamentos) subdivide-se conforme o número de professores atuando em tempo integral e parcial. O nó 5 não se subdivide em novas ramificações, é chamado “nó folha”. Ou seja, para o grupo de instituições com maior qualidade de instalações e equipamentos e menor quantidade de docentes em tempo integral e parcial, não há outra variável relevante na distinção entre públicas e privadas. Como a maior parte das instituições nessa classificação é de instituições privadas, pode-se extrair daí uma possível tendência em termos de gestão: de investimentos prioritários em instalações e equipamentos e de contratação de professores horista, de modo geral, voltados apenas para o ensino.

Para o bloco de instituições com o maior qualidade de instalações e equipamentos e maior número de docentes em tempo integral e parcial (nó 6), a última divisão se dá pela qualidade da biblioteca. As instituições com menor qualidade da biblioteca aparecem no nó 11, com baixíssima diferença entre públicas e privadas.

As instituições com maior qualidade da biblioteca figuram no nó 12 da árvore e tem a participação expressiva das instituições privadas (86,2%).

Em síntese, na árvore de classificação para o curso de biologia pode-se dizer que o segmento privado aparece com cursos em maior qualidade de instalações, equipamentos e biblioteca, enquanto que as instituições públicas se destacam em maior número de docentes doutores e em regime de tempo integral e parcial.

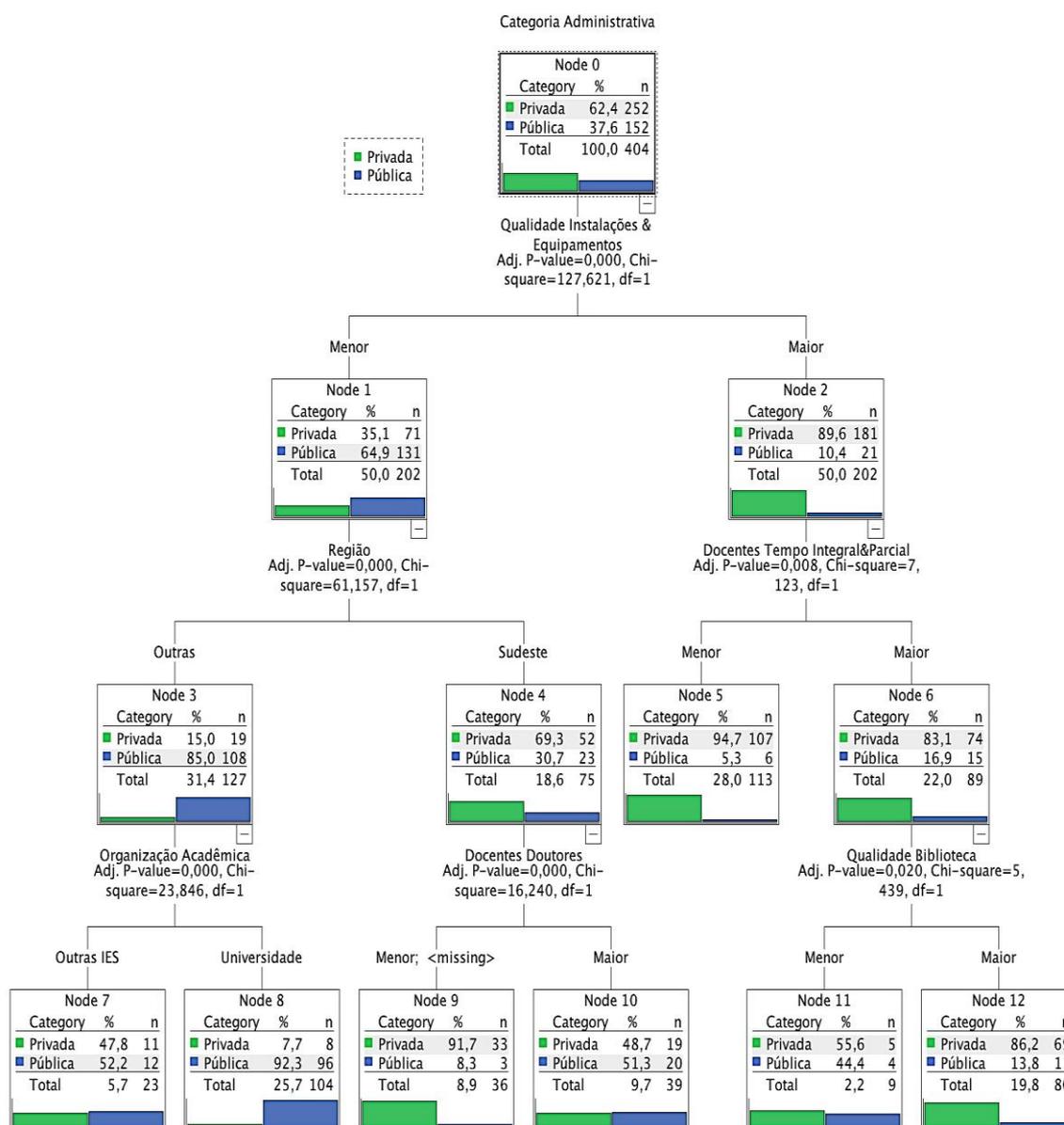


Diagrama 1 – Árvore de classificação para o curso de biologia
Fonte: a autora.

Para o curso de engenharia civil, instituições públicas e privadas distinguem-se, inicialmente, quanto à qualidade da biblioteca em percentuais idênticos. No primeiro grupo (nó 1), as públicas são as que apresentam menor qualidade das bibliotecas, o dobro em relação às instituições privadas. No segundo grupo (nó 2), as instituições privadas revelam, em percentuais expressivamente mais altos (92,8%), qualidade mais elevada das bibliotecas.

Em seguida, as instituições com menor qualidade da biblioteca distinguem-se conforme o número de docentes doutores (nós 3 e 4). No nó 3 estão as instituições com o menor quantitativo de docentes doutores; aí as privadas são em aproximadamente três vezes a mais do que as públicas (74,1% contra 25,9%). Para as instituições com maior número de docentes doutores (nó 4) as públicas são ampla maioria (95%) em relação às privadas (4,8%). Assim como no curso de biologia, na engenharia civil as instituições públicas possuem em seus quadros o maior quantitativo de docentes doutores.

Na ramagem da árvore iniciado pelas instituições com maior qualidade da biblioteca (nó 2), a subdivisão se dá pelo número de docentes atuando em tempo integral e parcial. Há um número mais elevado de instituições inseridas no nó com menor quantitativo de docentes em tempo integral e parcial (nó 5), do que no grupo de instituições com número mais baixo de docentes neste regime de trabalho (nó 6). Essa diferença se explica pelo percentual mais alto de instituições privadas com maior qualidade da biblioteca e menor número de docentes em tempo integral e parcial. Por sua vez, das instituições públicas inseridas nesse grupo, a totalidade registra o maior quantitativo de docentes em tempo integral e parcial.

No terceiro nível hierárquico da árvore, há subdivisão somente para as instituições com menor qualidade da biblioteca (nó 1) e menor número de docentes doutores (nó 3). A variável de diferenciação é novamente o quantitativo de docentes atuando em tempo integral e parcial (nós 7 e 8). Comparando-se esses dois grupos, constata-se que as instituições públicas, em percentuais bem mais elevados, possuem o maior número de docentes nesse regime de trabalho.

Há similaridades entre biologia e engenharia civil no agrupamento de instituições públicas e privadas por características institucionais: as instituições privadas apresentam maior qualidade das bibliotecas enquanto que as instituições públicas possuem o maior número de docentes doutores e o maior número de docentes em regime de trabalho de tempo integral e parcial. Para a engenharia civil, a

qualidade de instalações e equipamento não foi inserida no processamento do modelo de análise, portanto, não foi relevante para a diferenciação entre instituições públicas e privadas.

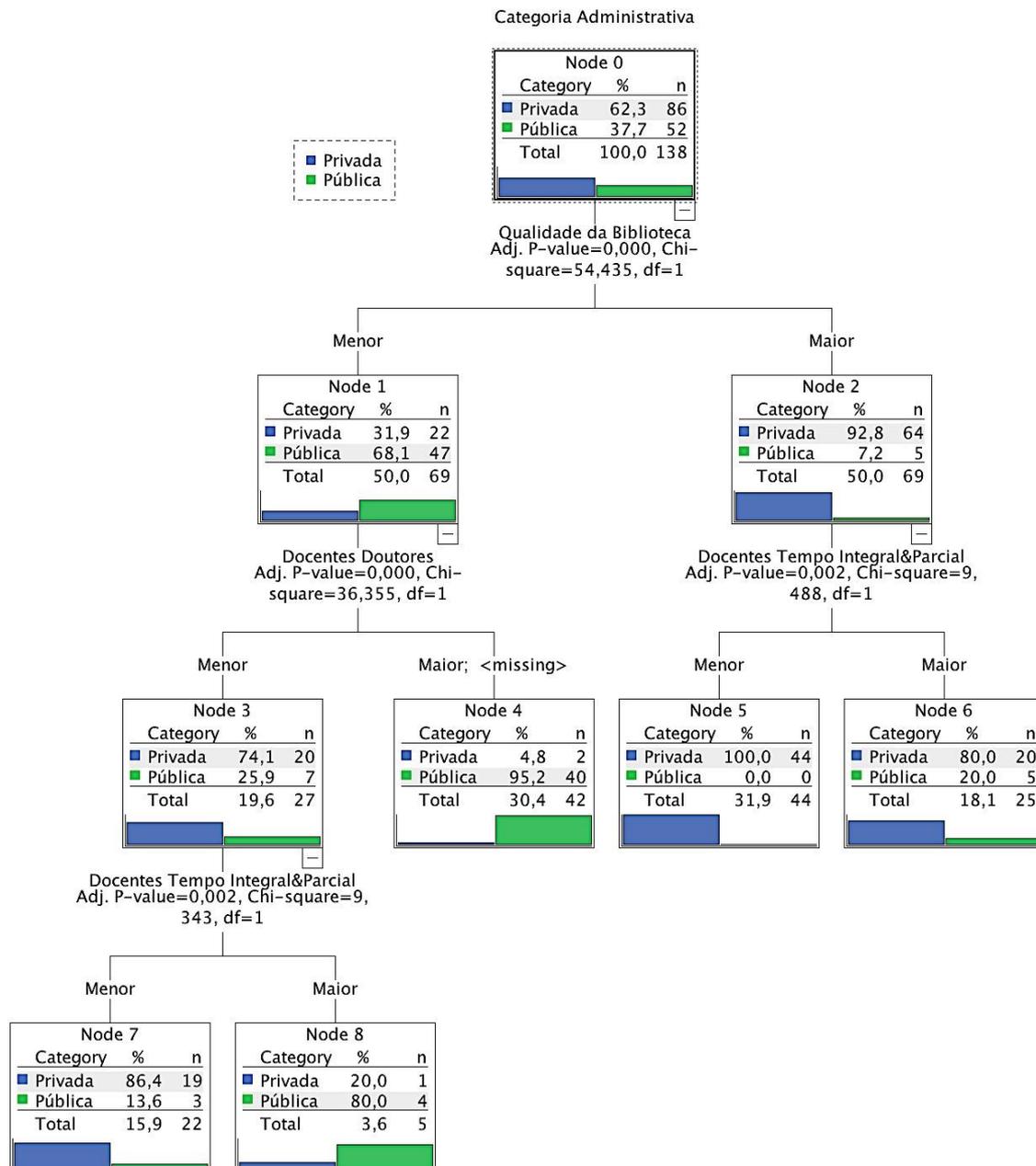


Diagrama 2: Árvore de classificação para o curso engenharia civil
Fonte: a autora.

Características institucionais e diferenças entre público e privado nas ciências brandas: história e pedagogia

Nos dois cursos das ciências brandas¹ constata-se situação análoga a verificada nos dois cursos das ciências duras: o total de instituições públicas é superior ao total de instituições privadas.

A primeira árvore apresentada refere-se ao curso de história. Nesse, a primeira variável explicativa incluída no modelo foi a qualidade das instalações e equipamentos (nós 1 e 2). As instituições em qualidade superior de instalações e equipamentos estão no nó 1 e são privadas em sua ampla maioria (83,4%). Já as públicas têm forte presença (74%) entre as instituições que revelaram qualidade inferior de instalações físicas, materiais e equipamentos (nó 2). Se comparados o total de públicas do nó 2 com o total de públicas no ‘nó pai’ da árvore, constata-se que de 164 instituições públicas inseridas no modelo, 134 foi avaliada em menor qualidade de instalações e equipamentos.

Em seguida, a região geoeconômica é a variável que melhor discrimina tanto um grupo – maior qualidade – quanto outro – menor qualidade – de e equipamentos. As distinções quanto região são observadas nos nós 3,4, 5 e 6. Tanto para as instituições em melhor posição quanto às instalações e equipamento e aquelas em situação inferior para o mesmo critério, na região sudeste estão concentradas as instituições privadas, enquanto que as instituições públicas distribuem-se em outras regiões do país.

Relacionando-se qualidade de instalações e equipamentos com a região onde está situada a instituição, observa-se no sudeste a reunião do maior número de instituições privadas com maior qualidade de instalações e equipamentos.

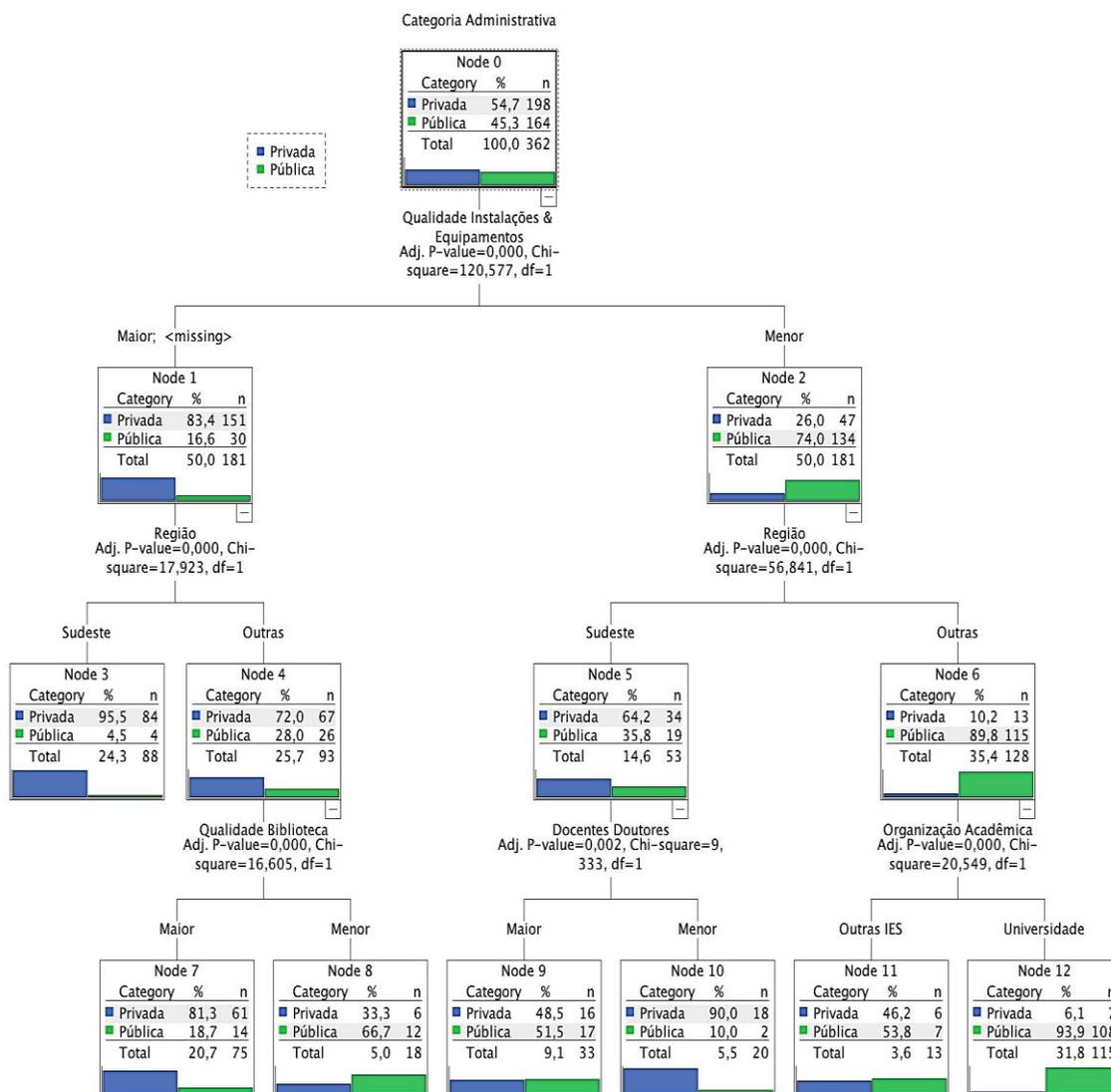
Tomando a vertente da árvore iniciada pelo grupo de maior qualidade de instalações e equipamentos, o bloco correspondente às instituições localizadas em outras regiões ramifica-se conforme a qualidade da biblioteca. No nó 7 estão agrupadas as instituições que possuem maior qualidade da biblioteca: as privadas

¹ Nos cursos de história e pedagogia foi observada uma grande quantidade de respostas ‘missing’ à questão relacionada aos laboratórios. Entende-se que isso ocorreu em função de esses cursos não utilizarem laboratórios tal qual colocado na questão. Por essa razão, a variável ‘laboratórios’ não foi considerada na formulação do índice de qualidade das instalações físicas e equipamentos para os cursos de Pedagogia e História.

representam 81,3% deste grupo. As instituições públicas são a maioria no grupo com menor qualidade da biblioteca.

De outra vertente da árvore, originada no grupo de instituições com menor qualidade das instalações e equipamentos, o bloco de instituições situadas no sudeste do país o número de docentes doutores é a variável que distingue públicas de privadas. As públicas registram o percentual mais elevado (51,5%) no agrupamento com maior número de docentes doutores (nó 9), enquanto que as privadas perfazem a ampla maioria (90%) no grupo com o menor número de docentes doutores.

Para as instituições situadas em outras regiões que não o sudeste e que apresentam qualidade inferior de instalações e equipamentos (nó 6) a subdivisão se processa pela organização acadêmica. As instituições públicas registram os percentuais mais elevados tanto em outros tipos institucionais (53,8% no nó 11), quanto em universidades (93,9% no nó 12). O resultado corresponde ao esperado, na medida em que as instituições públicas aparecem, neste modelo, mais presentes nas outras regiões diferentes do sudeste e também apresentam o menor qualidade de instalações e equipamentos. Cabe destacar que no curso de história a variável ‘docentes em tempo integral e parcial’ não foi inserida no modelo.



instituições (95,3%), enquanto que as públicas ficam em 4,7%. Observa-se que no grupo ‘universidades’ (nó 2) a diferença entre públicas e privadas é menos acentuada. Preponderam as públicas em 55,9% das universidades.

As outras IES se diferenciam de acordo com a qualidade das instalações e equipamentos (nós 3 e 4). Isso era esperado, pois as instituições privadas predominam quando se trata de outros tipos de organização acadêmica. Tanto no nó 3 quanto no nó 4 as IES privadas constituem expressiva maioria, em mais de 90%.

Para as universidades (nó 2), a variável em maior poder preditivo é a qualidade da biblioteca. Nesse grupo, predominam instituições cuja qualidade das bibliotecas é menor, que equivalem a 29,3% do total das instituições, ante 17% das instituições com qualidade superior (totais dos nós 5 e 6).

A situação das universidades públicas quanto à qualidade das bibliotecas é inferior à das particulares: entre as universidades que têm maior qualidade de fatores institucionais, as públicas correspondem a 20,5%, já as particulares equivalem a 79,5%. Os resultados para as universidades que possuem menor qualidade das bibliotecas (nó 5) são no sentido inverso: as públicas dominam com 76,5%.

No último nível hierárquico da árvore de classificação, as instituições de outros tipos de organização acadêmicas e em qualidade mais alta de instalações e equipamentos (nó 3) não passam por novas ramificações, formando um ‘nó folha’. Já as instituições no grupo de menor qualidade de instalações e equipamentos, a subdivisão se processa pelo quantitativo de docentes atuando em tempo integral e parcial. As privadas aparecem em percentuais mais altos (nós 7 e 8), mas vale observar que o percentual é mais alto quando se trata de privadas com menor número de docentes em tempo integral. As públicas devem ser analisadas em relação aos nós 1 e 4: de 15 instituições públicas de outros tipos organizacionais e de menor qualidade de instalações e equipamentos, 9 possuem o maior quantitativo de professores em tempo integral e parcial.

Na outra vertente da árvore de classificação, as universidades com bibliotecas de qualidade inferior são em maior número nas outras regiões que não a sudeste (total dos nós 7 e 8). Nesse grupo (nó 8), as públicas representam a ampla maioria (90,6%). No sudeste, as universidades com baixa qualidade das bibliotecas são, em sua maior parte, privadas abrangendo 70,3% do total das IES do grupo (nó 7).

O cenário é semelhante quando se observam as universidades com qualidade mais elevada das bibliotecas: as instituições públicas correspondem a 26,1% do total

de instituições situadas nas outras regiões diferentes do sudeste, porém sua participação cai pela metade entre as instituições que estão no sudeste (nó 9). Nesse bloco, as instituições privadas despontam em 87% do total.

No curso de pedagogia a titulação docente – docentes com doutorado – não foi uma variável com poder preditivo para diferenciar públicas de privadas.

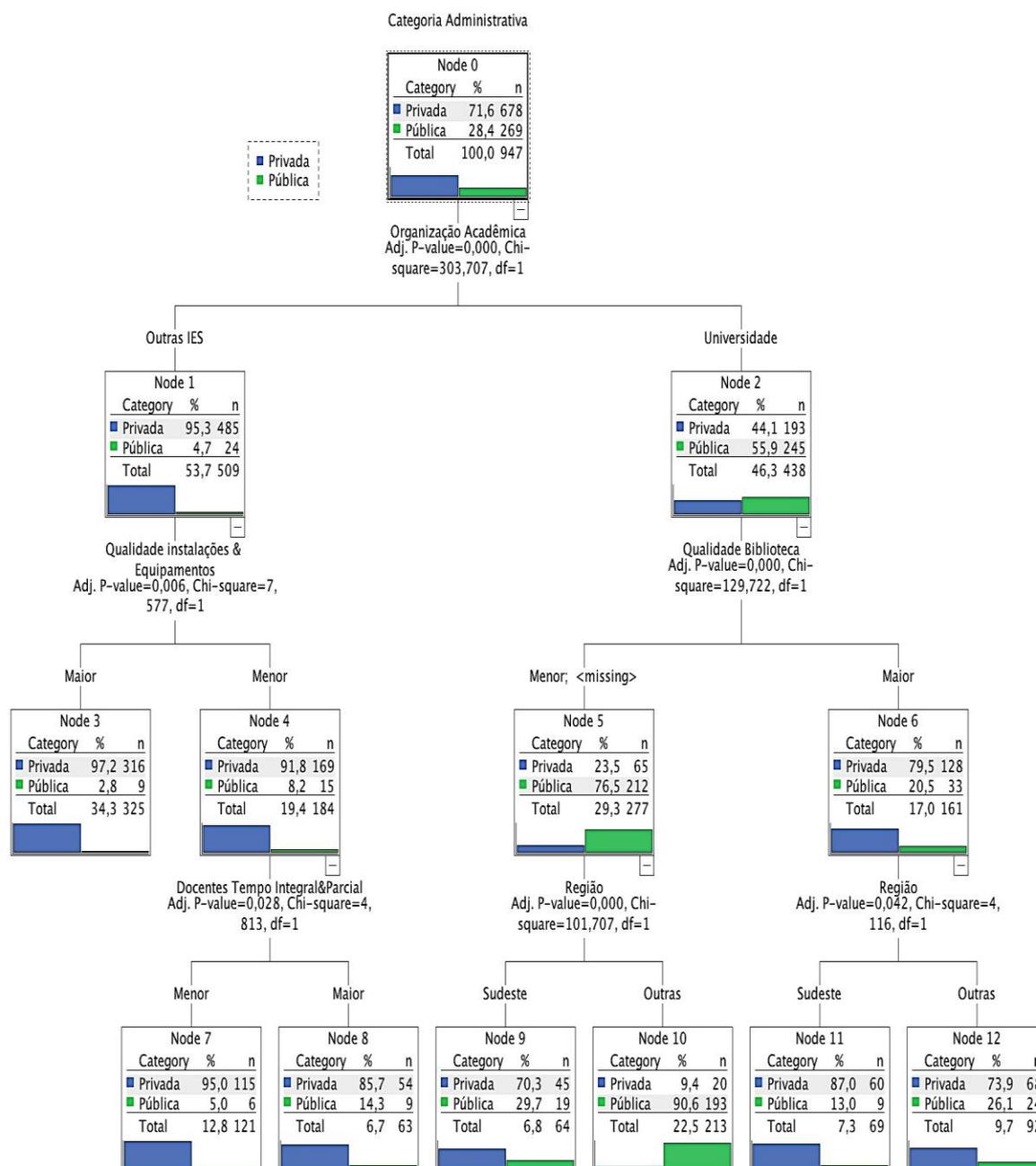


Diagrama 4: Árvore de classificação para o curso pedagogia

Fonte: a autora.

O que dizem árvores de classificação para a comparação entre instituições públicas e privadas?

O modelo de análise árvore de classificação permite a identificação de grupos, a descoberta de relações entre estes grupos e a previsão de eventos futuros. Neste estudo, as árvores de classificação para os quatro cursos de graduação – engenharia civil, biologia, história e pedagogia – auxiliam na caracterização de dois grupos de instituições – públicas e privadas - com estudantes concluintes dos referidos cursos e que participaram o Enade em 2008.

Esse agrupamento institucional é amplo e limita análises mais detalhadas. Por ora, permite interpretações sobre dinâmicas institucionais nos dois segmentos – público e privado – que, para além das determinações legais, estão associadas à critérios utilizados em modelos de gestão para a expansão da oferta de cursos superiores, às estratégias de ampliação do acesso, à diversificação institucional e à avaliação institucional.

Pimeiramente, é nítida a presença majoritária de instituições privadas em relação às públicas em todos os quatro cursos. Essa diferença entre públicas e privadas corresponde ao cenário da expansão da educação superior no país. Os dados do censo da educação superior revelam, em série histórica, um crescimento bem mais elevado de matrículas no segmento público do que no segmento privado. Esse resultado vai além da evidência e é essencial para a compreensão de relações observadas nas ramificações das árvores.

A primeira delas diz respeito a distribuição regional das instituições de ensino superior. Nesse aspecto, foi observada a maior concentração de instituições privadas no sudeste do país em relação às instituições públicas, que apareceram em percentuais mais elevados em outras regiões do País.

Entende-se que esse resultado faz parte, dentro do subgrupo das instituições federais, da política de expansão do ensino superior público consubstanciada no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído em 2007 pelo governo federal, mas com ações de interiorização dos *campi* das universidades federais iniciadas em 2003. De acordo com dados do Ministério da Educação, “o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que

possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação” (Brasil, Ministério da Educação, 2013).

A divulgação dos resultados do Censo da Educação Superior de 2012 reafirmam essa tendência: em seis unidades federativas, o número de estudantes matriculados em instituições públicas de educação superior é maior em relação às particulares.. Essa característica é predominante nas regiões norte e nordeste do país. No sudeste, São Paulo é o estado que apresenta o número mais elevado de matrículas nas instituições privadas.

As políticas de expansão do ensino superior associam-se à outro aspecto observado nas árvores de classificação: a diferenciação de tipos institucionais. De acordo com Prates, “o termo diferenciação institucional tem sido utilizado na literatura especializada para denominar um processo de diversificação funcional entre as instituições de ensino de nível terciário”. (Prates, A.A., 2007, p. 105).

No modelo de análise deste estudo, a variável organização acadêmica foi dividida em “universidade” e “outras IES”. Os resultados evidenciam a maior diversidade de tipos institucionais no setor privado em todos os quatro cursos investigados. Na categoria “outras IES” estão os centros universitários, as faculdades (integradas e isoladas), as escolas e institutos superiores. Já no segmento público é preponderante o tipo clássico “universidade”.

A adoção de tipos institucionais diferentes do clássico “universidades” pelo setor privado pode estar relacionada ao custo da oferta de cursos superiores e ao fortalecimento dos mecanismos de regulação dos cursos superiores. Segundo Sampaio, H. (2011, p. 4 -5),

A transformação de instituições isoladas em universidades deixa de ser estratégia recorrente por parte da iniciativa privada como já fora durante toda a década de 1990; uma hipótese para isso, mas que ainda requer averiguação, é um eventual acirramento, nos anos mais recentes, do controle e da burocracia em relação às instituições particulares que pleiteiam se tornar universidades; a mera existência desse controle – e sua publicidade – funciona como um fator inibidor do setor que passa a se dedicar a uma análise mais minuciosa da relação custo/benefício (ou ônus/ bônus) do empreendimento de se transformar em universidade. O fato é que entre 2000 e 2008, foi criada apenas uma nova universidade particular.

Além dos fatores citados, a diversidade institucional está associada ao crescimento da abertura do sistema de ensino superior, iniciada a partir da década de 1960, que transformou esse sistema, de um modelo de “elite” para um modelo de “massa” (Prates, A.A., 2007).

Essa revolução numérica da ampliação do sistema de ensino superior no mundo inteiro teria sido impossível, caso o modelo tradicional das universidades clássicas não desse lugar a outros mecanismos e formatos institucionais alternativos (PRATES, 2007, p. 104-105).

O autor destaca três grandes fatores que contribuíram para a diferenciação entre tipos de instituições de ensino superior:

a) a demanda de inclusão social; b) a demanda de formação mais rápida e mais sensível às necessidades da “nova economia” de mão-de-obra qualificada e c) a resistência à “abertura” das universidades do tipo “clássico”. (Prates, A.A., 2007, p. 106)

O segmento privado aplica esses fatores na definição de oferta seus cursos, na localização das instituições e no modelo de gestão adotado que, de modo geral, incluem a contratação de docentes não doutores e em regime de trabalho horista.

O segundo aspecto que destacamos em relação à diversificação institucional relaciona-se à avaliação institucional. Na década de 1990, em contraponto à abertura do sistema de ensino superior pela expansão do setor privado, fortaleceu-se o sistema de avaliação, com a aplicação do Exame Nacional de Cursos, o Provão, e a Avaliação das Condições de Oferta dos cursos. À época, iniciaram-se movimentos significativos do setor privado afeitos à organização interna das instituições de ensino superior, buscando atender prerrogativas determinadas pela avaliação. A contratação de docentes mestres e doutores, a ampliação do acervo das biblioteca e a maior adequação do espaço físico das salas de aula, locais de estudo, e ambientes de convivência para os estudantes foram aspectos que emergiram então.

A avaliação institucional consolidou-se no modelo instituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) em 2004. O Sinaes envolve o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e a avaliação das condições de oferta dos cursos, verificadas nos processos de autorização e reconhecimento de cursos. Uma série de outros indicadores são utilizados pelo Ministério da Educação na classificação dos cursos e das instituições. O CPC, por exemplo, classifica o curso por instituição, considerando, além da nota dos estudantes no Enade, a nota obtida na qualidade da infraestrutura, no percentual de professores mestres e doutores e no percentual de professores atuando em tempo integral e parcial.

Nesse sentido, as avaliações provocam intervenções nos diferentes contextos institucionais, tomando como referência um modelo padrão, considerado ideal para a oferta de ensino superior.

As avaliações podem induzir mudanças nos comportamentos organizacionais e de gestão das IES. Parece que, também, introduzem regras externas que vão se articular aos sistemas

internos, podendo ou não alterar um modelo institucional. Percebem-se mudanças pós-avaliações. Percebe-se a força das reformas e da legislação governamental sobre as IES. (Leite, D., 2006, p. 187).

A indução a modelos institucionais estabelecidos, que na visão de Sguissardi, V. (2006) vão dos modelos clássicos aos modelos de ocasião, não implica necessariamente em mudanças no cenário institucional do ensino superior. Em sentido oposto, essa indução pode levar a modelos engessados, com pouca flexibilidade de organização e gestão e, de modo geral, são mais concentrados na racionalização e na redução dos custos.

Considerações finais

Nos quatro cursos, é possível observar comportamentos semelhantes das variáveis explicativas, contribuindo para a compreensão de prioridades estabelecidas em modelos institucionais adotados na oferta de cursos superiores pelos segmentos público e privado. De forma sintética, pode-se perceber que a qualidade das instalações e equipamentos, bem como a qualidade das bibliotecas, são mais elevadas em instituições privadas. Já nas instituições públicas, consta-se a qualidade inferior de equipamentos, instalações e biblioteca, mas um número mais alto de docentes doutores. Da mesma forma, as instituições públicas predominam quando se trata de professores atuando em tempo integral e parcial. O resultado é esperado, na medida em que as instituições públicas, em sua maior parte universidades, selecionam e contratam os docentes para atuar em ensino, pesquisa e extensão.

Certamente os segmentos público e privado de instituições de ensino superior guardam especificidades e complexidades internas merecedoras de análises mais detalhadas. Os resultados desta análise evidenciam aspectos de modelos institucionais forjados nas relações internas e externas de cada segmento do ensino superior – público e privado. A identificação de características institucionais, associados a tais modelos, constitui um caminho para interpretação desses modelos, pois refletem os comportamentos e diretrizes de gestão das instituições de ensino superior. Os resultados apontam que, tanto em um segmento, quanto em outro, os modelos de gestão trabalham com a racionalização de investimentos e a redução de custos. A diferença está no critério a ser privilegiado no modelo de gestão.

Referências

Becher, Tony (1994). *The significance of disciplinary differences*. Studies in Higher Education, v.19, n. 2.

_____. (2001). *Academic tribes and territories*. 2nd. ed. England: The Society for Research into Higher Education & Open University.

Brasil. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 fev. 2010.

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2009). *Resumo técnico do Enade 2008*. Brasília, Inep.

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Microdados do Enade 2008. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 15 mar 2013.

Leite, Denise. (2006). Modelos institucionais, avaliação e isomorfismos. In: Ristoff, D.; Sevegnani, P. (Orgs.) *Modelos institucionais de educação superior*. Brasília, Inep.

Prates, Antônio Augusto Pereira. (2007). Universidades versus terciarização do ensino superior: a lógica da expansão do acesso com manutenção da desigualdade: o caso brasileiro. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 102-123, jan./jun.

Sampaio, Helena. (2011). Setor privado de ensino superior no Brasil: o que mudou no século XXI? GT Educação e Sociedade 35 Encontro annual da Anpocs. Caxambu, Minas Gerais, 24 a 28 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.anpovcs.org.br>>. Acesso em: 04 abr. 2013.

Sguissardi, V. (2006). Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião? In: Ristoff, D.; Sevegnani, P. (Orgs.) *Modelos institucionais de educação superior*. Brasília, Inep.

Sinaes. (2007). Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 4. ed. ampl. Brasília, Inep.